

CURT NIMUENDAJÚ¹



Patrícia Bayod Donatti²

Curt Unkel nasceu - ou Unckel (HARTMANN, 200: 26) - em Jena, na Alemanha em 17 de abril de 1883. (ARNAUD, 1983/1984: 55, SCHADEN, 1978: 08 WELPER, 2002: 31). Filho de Julius Unckel -1840-1884 - e Marie -1853-1884 (PEREIRA, 1946:09, WELPER, 2010: 31). Com o falecimento de seus pais quando criança é criado, junto com sua irmã Olga Ludwig (1877-1959), pela avó materna (WELPER, 2002: 31) e, posteriormente pela tia (ARNAUD 1983/1984: 55).

O interesse de Curt Unkel sobre os povos nativos remonta desde a infância (WELPER, 2002:31, ARNAUD, 1983/1984:55, SCHADEN, 1978:08). Na escola já organizava com seus colegas “*uma pandilha de índios*”, que era praticada nos bosques de Jena. (Arnaud, 1983/1984: 55, Schaden, 1978: 08). Daí surgiu seu interesse de se aventurar a viver com os nativos, segundo Schaden (1978: 08).

Sobre sua educação, sabe-se que somente concluiu o ensino básico na Alemanha (WELPER, 2002:32). Empregado de uma fábrica que

¹ Texto publicado com o título “Cronologia da Vida de Curt Nimuendajú” em *As Políticas da Antropologia Brasileira* (Donatti, 2013)

² Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte/ Unicamp

produzia lentes e materiais ópticos da Alemanha, recebera um treinamento de mecânica óptica e geometria para trabalhar no departamento de medidas dessa fábrica (WELPER, 2002: 32).

Durante esse trabalho, passava muitas horas estudando mapas e lendo livros sobre os nativos da América do Norte e da América do Sul na biblioteca da fábrica que possuía tais títulos (SCHADEN, 1978: 08). Ao mesmo tempo, fazia exercícios de tiro ao alvo no bosque de Jena, com a finalidade de preparar-se para a vida na selva (SCHADEN, 1978: 08).

Segundo Welper, na literatura, os alemães projetavam suas imagens e estereótipos sobre os povos primitivos com maior liberdade, pois estavam falando de uma realidade que não era a deles (WELPER, 2002: 20). Karl May (1842-1912) foi o escritor mais popular de livros juvenis na Alemanha (WELPER, 2002: 20-21). As aventuras dos contos de May passavam no deserto da Arábia e entre os povos nativos do velho-oeste americano. (WELPER, 2002: 21). Esse ambiente cultural literário de Karl May incentivou a formação de etnólogos como Curt Nimuendajú (WELPER, 2002: 21-26).

Assim, Curt Unkel, através de sua admiração pelo escritor Karl May, utiliza de um pseudônimo, Nimuendajú, para escrever sobre os povos nativos, bem como fez o famoso escritor (WELPER, 2002: 21-26). Dentro de uma postura ficcional sobre os povos nativos assumida por Curt Unkel, Nunes Pereira revela que o amigo percebia os nativos como *figuras estranhas e risonhas como as das cavernas da Thuringia* (PEREIRA, 1946: 17).

A viagem para o Brasil partiu do estímulo dos alemães que tinham interesse em explorar o Brasil. (PEREIRA 1946: 13, WELPER, 2002: 32) Com a passagem para o Brasil comprada pela irmã (SCHADEN 1978:08), em 1903, ele comunica os amigos que não entraria no serviço militar e escapa para o Brasil. (WELPER 2002: 32)

Em 1903 se fixa em São Paulo (PEREIRA 1946:15-16). Segundo Nunes Pereira (1946:16), Curt Unkel se adapta em São Paulo porque tinha

o caráter *de um bandeirante paulista dos sertões*. Pereira (1946: 16) se refere a Nimuendajú “*preando índios, semeando lavouras, erguendo currais, embatendo contra as cachoeiras e contra os mistérios da Terra Paulista*”.

Desde sua chegada em São Paulo, ele teve ao longo de sua vida relações estreitas com a Alemanha, mantendo correspondência com os amigos e parentes (WELPER, 2002: 36). Segundo Welper (2002: 36), ele os mantinha muito bem informados sobre seu paradeiro e suas atividades no Brasil. (WELPER, 2002: 36).

No entanto, quase todas as cartas enviadas durante 40 anos para a irmã e as que ele enviava através dela para outros amigos foram queimadas pela própria irmã (WELPER, 2002:36). Somente parte das cartas entre Curt Nimuendajú e Olga, no período entre 1932 a 1942, permanecem intactas no Arquivo do Museu Nacional (WELPER, 2002: 36-37).

Em 1904, Curt Unkel se embrenha na selva para uma expedição no território do povo Coroados que supostamente tinha capturado um missionário. (WELPER, 2002:37) Ele envia uma carta ao amigo na Alemanha, Cappeller, dizendo que a expedição era liderada pelo Dr. Lacerda o qual necessitava de homens bem armados para enfrentar os Coroados. (WELPER, 2002: 37). “*Ele necessita de um número de sujeitos bem armados e, como sendo um tal, participo* (CAPPELLER, 1963: 17).” (WELPER 2002:37) Por ter um caráter essencialmente punitivo, Nimunedajú nunca identificou essa expedição nos documentos e depoimentos posteriores (WELPER, 2002:37).

Nos seus dois primeiros anos vivendo em São Paulo, essa expedição é a única atividade até agora conhecida de Curt Unkel. (WELPER, 2002: 37). Os outros autores também mencionam que não há ainda indício das atividades realizadas pelo explorador alemão nos dois primeiros anos em São Paulo. (ARNAUD 1983/1984:56, PEREIRA 1946:16, WELPER 2002:37)



A partir de 1905, iniciou suas atividades como etnógrafo através da função de ajudante de cozinheiro na Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (WELPER, 2002: 38). Essa Comissão foi instituída em 1886, durante a expansão da cultura cafeeira e tinha como objetivo intensificar o conhecimento geográfico e geológico para finalidades econômicas da região paulista (WELPER, 2002:38). Em 1905, a Comissão explorou as terras dos povos Guarani e Kaingang do oeste paulista (WELPER, 2002:38, GRUPIONI 1998:173). Haja visto que Nimuendajú já tinha experiência no trato armado com o povo nativo anteriormente Welper (2002: 37), foi contratado por essa Comissão. (WELPER 2002:38, GRUPIONI 1998: 173)

Após se instalar entre os Guarani em 1905 através da Comissão, o etnólogo se fixa na comunidade Guarani do rio Batalha com poucas interrupções até 1907 (UNKEL, 1987: 03). Em 1906, Curt Unkel se apropria da palavra “Nimuendajú” (UNKEL, 1987:03) e descreve uma estória do recebimento desse nome dado pelo povo Apopocúva-Guarani (UNKEL 1986:30). Baseado na inspiração que tinha de Karl May (WELPER, 2002: 21-26), Curt Unkel passa a se auto-denominar a assinar suas etnografias como “Curt Nimuendajú”, omitindo o sobrenome alemão Unkel (UNKEL, 1986: 30)

Em sua obra *“As lendas de criação e destruição do mundo como fundamentos da religião Apopocúva-Guarani”* (1987), Curt Unkel descreve um ritual de incorporação do nome Nimuendajú (UNKEL 1987: 03), através de uma cerimônia de batismo genuinamente americana sem intrusão de traços estrangeiros, com o motivo cristão de base (UNKEL, 1987:30)

Com o intuito de transformar o seu nome como a de um escritor como May, Nimuendajú descreve o próprio exotismo linguístico dentro da mesma obra: *“Pode-se acrescentar ainda ao nome o sufixo -jú. no uso diário as sílabas prefixadas são frequentemente omitidas, as finais mais raramente. Nimuendaju: fazer (mõ), moradia (endá)”* (UNKEL 1987: 32)

O trabalho de Nimuendajú na Comissão se estende para o Museu Paulista logo em seguida. (WELPER, 2002: 41). A Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo tinha uma relação muito próxima com o Museu Paulista desde o surgimento do Museu. (ALVES, 2001: 62-68). Devido ao forte laço de amizade entre o geólogo norte-americano Orville Derby, líder da Comissão Geológica de São Paulo, e o zoólogo alemão Herman von Ihering, este último é indicado para dirigir o Museu Paulista, em 1893 (ALVES, 2001: 62-68)

Naquele período a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo fazia coleta de objetos dos povos nativos pelas regiões que exploravam para o Museu Paulista. No relatório de 1905³, na lista de objetos para compra ou para permuta, constam os da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Também de acordo com o relatório do diretor zoólogo von Ihering sobre as atividades do Museu Paulista de 1906, consta a exposição dos objetos dos Coroados coletados pela Comissão Geographica e Geologica do Estado.”

Ihering foi um defensor público do extermínio dos nativos paulistas e os colocavam como criminosos contra o avanço e o progresso (ALVES, 2001: 118-121). Em 1904, solicitava ao chefe da polícia fotografar e tirar medidas no gabinete antropométrico do Museu Paulista todos os índios que passassem pelo Museu Paulista. (ALVES, 2001: 119).

Ele se baseava cientificamente nas teorias darwinistas para legitimar academicamente sua postura pública de que as populações nativas, como os Kaingangs, eram um empecilho ao avanço e ao progresso e, portanto, deveriam ser exterminadas (ALVES 2001: 120).

³ Relatório de 1905. Apresentado pelo diretor Hermann von Ihering para o Exmo Sr. Dr. Cardoso de Almeida. DD Secretário de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça. Arquivo Permanente do Museu Paulista, Fundo Museu Paulista. Grupo: Direção e Administração. Subgrupo: Direção dos Serviços. Série: relatório de Atividades. Datas-limite: 1903-1915.



Os atuais índios do estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Caingangs são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, se não o seu extermínio. (IHERING 1907:215, citado em ALVES 2001: 120)

Em 1908, o povo Kaingang estava em conflito direto com os funcionários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (GRUPIONI 1998: 174, WELPER 2002: 40). Nimuendajú parte para a região para atuar no conflito (GRUPIONI 1998: 174, WELPER 2002: 40).

Em contato direto com o extermínio das populações nativas, Nimuendajú, em 1908 escreve seu primeiro artigo em alemão, denominado “*Nochmals die Indianerfrage*”, no *Deutsche Zeitung* em 03.11.1908. (WELPER, 2002: 40). O artigo era sobre a questão do extermínio do povo Coroado proposto pelo diretor do Museu Paulista Herman von Ihering e Walter Fischer no artigo intitulado “*Indianerfrage*” (WELPER, 2002:40).

O artigo de Nimuendajú era tão fundamentado e mostrava tanta experiência de campo que Ihering, após a publicação do artigo, o convidou para trabalhar com ele, como etnógrafo, no Museu Paulista. (WELPER, 2002: 41). Além de possuírem a mesma visão sobre o futuro das populações nativas (WELPER, 2002: 41), PEREIRA (1946: 17) enfatizou a mesma origem alemã de ambos que motivou Ihering a escolher Nimuendajú.

O trabalho de Nimuendajú como etnógrafo no Museu Paulista foi orientado por Herman von Ihering (GRUPIONI, 1998:174). No artigo “*A questão dos índios no Brasil*” e na *Revista do Museu Paulista* sobre as atividades do Museu nos anos de 1906 a 1909, von Ihering registra que enviou Nimuendajú para expedição o qual forneceu “instruções para fazer observações etnográficas e tirar fotografias”. (GRUPIONI, 1998: 174)

Seguindo as instruções de Ihering, em 1909, Curt Nimuendajú faz uma expedição para o oeste do estado de São Paulo e o sul do estado do Mato Grosso com a finalidade de pesquisar os sobreviventes das populações Oti, Kaingang, Ofaié e Terena (GRUPIONI, 1998:174). Ainda, segundo o mesmo autor (GRUPIONI, 1998:174), o relatório da expedição que dá conta do fim da tribo dos Oti é publicado, em 1910, no periódico *Deutsche Zeitung* e o mesmo de forma reduzida em *O Estado de São Paulo* (GRUPIONI, 1998: 175). Segundo esse autor (Grupioni, 1998: 175), tratava-se de uma das primeiras publicações de Nimuendajú, de uma série que contribuiria de forma decisiva sobre a história dos povos nativos brasileiros.

Dessa exploração, Nimuendajú ainda produz um mapa para von Ihering para o artigo “*A questão dos índios do Brasil*” na *Revista do Museu Paulista* (GRUPIONI, 1998: 174). No mesmo artigo e em outro do mesmo número da *Revista do Museu Paulista*, Ihering informa que encarregou o “*amigo entusiasta*” e “*bom conhecedor dos índios*” para esta expedição. (GRUPIONI, 1998: 174)

Em uma das várias expedições de Nimuendajú, Ihering registra em seu relatório de 1911, a rota da viagem realizada pelo etnólogo. Em S. José dos Campos Novos deveria procurar os índios Xavantes, de cujo estudo fora encarregado (GRUPIONI, 1998: 174). Ainda, segundo o zoólogo, o resultado fora nulo, pois os Xavantes de São Paulo já estavam exterminados antes de serem miscigenados com a população local de imigrantes (GRUPIONI 1998: 75, KOGURUMA 2001: 149-216)

As discussões sobre o problema que os nativos representavam para o desenvolvimento econômico de São Paulo estavam ligadas a formas de extermínio dos nativos, primeiramente associada com o povo Kaingang, em São Paulo. (KOGURUMA, 2001: 161) Assim, a proposta do governo de São Paulo, legitimada cientificamente por Hermann von Ihering a favor do extermínio dos povos nativos de São Paulo, se desdobra em uma



proposta nacional de extermínio levada a cabo pelo Serviço de Proteção do Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais, o SPILTN, através da imagem do militar Rondon.

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais foi criado em 1910 pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio com a intenção de erradicar as populações nativas e transformar as áreas as quais as populações viviam em áreas de produção rural (LIMA, 2002: 159). Utilizaram, entretanto uma propaganda de proteger os índios, através da “pacificação” (LIMA, 2002: 156). Segundo Oliveira Filho (1999: 89),

desde Rondon e o período Republicano, o objetivo da política indigenista brasileira sempre foi o de tentar subtrair os índios ao processo de extermínio e escravizamento que lhes era imposto pelas frentes pioneiras e por seus braços armados (“bugreiros, amansadores de índios, etc).

Obviamente, Nimuendajú foi escalado pelo SPILTN logo na sua criação. (GRUPIONI, 1998: 176)

A denominação de sua função era “auxiliar do sertão”, e estava subordinado a Luís Bueno Horta Barbosa (GRUPIONI, 1998:175-176). As atividades como auxiliar do sertão em 1910 se referem à “pacificação” dos povos Kaingang e Guarani no litoral e oeste de São Paulo (PEREIRA 1946: 23, Pereira 1946: s.p., Grupioni 1998: 176). Nimuendajú participa da pacificação dos Kaningang até 1911. (GRUPIONI 1998:176, WELPER 2002:42). Nesse mesmo ano, o grande cientista do Museu Paulista, Ihering ao jornal *O Estado de São Paulo*, argumentava que esses “primitivos” deveriam ser eliminados da face da terra pelo fato de seu “habitat” encontrar-se no caminho da estrada de ferro Noroeste do Brasil. (KOGURUMA, 1998: 160).

Segundo Koguruma (1998: 161), a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil “marcou as últimas manifestações de resistência

Kaingang contra a ocupação de suas terras, bem como deixou o registro implacável das terríveis atrocidades praticadas pelos cruentos propagadores da civilização moderna pelos sertões do interior do estado de São Paulo, como por exemplo o envenenamento do suprimento de água das aldeias com estricnina ou então a disseminação propositada de doenças pelo abandono de roupas de pessoas contagiadas por moléstias infecciosas em locais onde seriam facilmente apropriadas por indígenas.”

Em 1912, Nimuendajú se corresponde com o amigo alemão Hugo Gensh exaltando a postura militar armada do SPILTIN no Estado de São Paulo.⁴ Ele explica nessa carta que o Inspetor Horta Barbosa o colocara para cuidar das *bordas* Guranis espalhadas pelo Estado – os Apopocuva, os Ognahviva e os Tauyngúa. Ele cita ainda na carta o uso dos métodos militares para intimidar os nativos aplicados no acampamento de Riberão dos Patos. Nimuendajú enfatiza sua admiração pelo sargento aposentado, Bandeira de Mello, “*homem de grande senso de dever e dotado de muito sangue frio*”, o qual o SPILTIN devia e a ele o seu sucesso, pacificando os Coroados e construindo um Posto Indígena.

Em 1912, Nimuendajú realiza a concentração do povo Guarani no Posto Indígena do Araribá (GRUPIONI 1998:176, WELPER 2002: 42). Segundo Nimuendajú (UNKEL, 1987:76), o conflito foi evidente através da desconfiança por parte dos nativos; “o convite da instância burocrática brasileira competente, feita em 1912, aos diversos bandos Guarani, para que se reunissem no Araribá, suscitou a maior desconfiança por parte dos índios”.

Em relatório de Curt Nimuendajú ao Inspetor Horta Barbosa, ele calcula a quantidade de Ofaiés, o local, a produtividade da terra, o ideal

⁴ Cópia da carta de Curt Nimuendajú para o médico Hugo Gensh. Aldeia do Araribá, 14 de abril de 1912. Tradução de dagmar Schneider, Universidade de Santa Catarina. Biblioteca do Museu do Índio, Rio de Janeiro. Página 03.(pp01-08)



local que o Posto do SPILTN deveria ser construído para fornecer mão de obra ao estado (NIMUENDAJÚ, 1993: 124). No relatório, Niemuendajú explica ao Inspetor do SPILTN que a Companhia Viação de vapores que se instalaria na terra dos Ofaiés, nos rios Ivinhena e Dourados, em São Paulo teriam horários marcados regulares. Além disso, a Companhia do Mate Laranjeira também navegava no Ivinhena, e era, portanto, importante fazer um aterro no Porto para que os vapores pudessem atracar no tempo da enchente. (NIMUENDAJÚ, 1993: 124-125). Ele ainda sugere que os ervais do cerrado poderiam ser explorados para exportação. (NIMUENDAJÚ, 1993: 125)

Nimuendajú critica o trabalho dos negros em uma das fazendas tuteladas pelo SPILTN (Nimuendajú, 1993: 126). Segundo Niemuendajú (1993: 126), os trabalhadores deveriam ser os Ofaiés miscigenados, sendo absolutamente necessário que as seis famílias negras, moradoras do local da produção deveriam desocupar o lugar, já que o negro “desorganiza o serviço e prejudica os índios já pela sua mera presença, como tive ocasião de observar.”

No diário de campo em alemão de Niemuendajú de 1913⁵, ele registra as coordenadas para se chegar ao local e registrava os indivíduos, numerando-os; *“morreu: Cândido Ñarapy (número 24)”, seguem: Arina Ñapobyryjú (número 5), Antonio Mbaraehé (número 6) ...”*

Em 1913, após terminar seus trabalhos de pacificação dos Ofaié, Guarani e Kaiguá do sul do Mato Grosso (GRUPIONI, 1998: 176) e também entre os Kaingang dos rios Tibagy e Ivahy no Paraná (WELPER, 2002: 43), o auxiliar do sertão é promovido pelo SPILTN para trabalhar no Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro (GRUPIONI 1998: 176, WELPER 2002: 43).

⁵ Diário de Curt Niemuendajú de 1913. Arquivo Curt Niemuendajú, Setor de Linguística, Museu Nacional.

Posteriormente, é transferido para Belém do Pará, onde fixa residência (GRUPIONI 1998: 176, WELPER, 2002:43). Segundo Nunes Pereira (1946: 26), Curt Nimunedajú com seus vinte e oito anos se muda para a Amazônia para estudar a “indiada”, “seus olhos azuis, de velha porcelana de Saxe, só sabiam encarar os indivíduos e as coisas diretamente, sob sobranceiras espessas, fortemente franzidas.”

Nimuendajú já se interessava anteriormente pela explorações que estavam sendo realizadas no norte do país (WELPER, 2002: 44). Ele colecionava cuidadosamente as notícias sobre os nativos da região, registrando-as em um caderno encontrado em seu arquivo no Museu Nacional, com artigos e notas etnográficas, quando ainda morava em São Paulo (WELPER, 2002: 44). Assim, ancorado no centro de pesquisa etnográfica da época, se vincula ao Museu Goeldi, no Pará. (WELPER, 2002; 40). Ele consegue facilmente ampliar seus contatos para a sua pesquisa etnográfica, associada com as vantagens para seus trabalhos de campo (WELPER, 2002: 40), já que seu trabalho oficial estava ligado à pacificação do SPILTN.

Em 1914, Nimuendaju finaliza seus estudos Guarani através da publicação “*Die Sagen von der Erschaffung und Vernichtung der Welt als Grundlagen der Religion der Apopocuva Guaran*” que expunha a conclusão de cinco anos como etnólogo, pacificador dos Guarani. (WELPER, 2002: 43) Nessa obra, Nimuendajú cria uma hipótese de que a mitologia Guarani encontrava-se na base do deslocamento das populações nativas, sendo a migração de natureza religiosa (VAINFAS, 2005: 42). Segundo Nimuendajú, alguns pajés, especialmente entre os Kaiguá, eram de opinião de que o paraíso deveria ser buscado na mesma via de Guyraypoptý, por ocasião do dilúvio universal. (UNKEL, 1987: 97)

A hipótese da “Terra sem Mal” foi transformada por Alfred Metraux em prova histórica e forneceu material para toda uma geração de pesquisadores (WELPER, 2002: 43). Segundo o antropólogo Viveiros de



Castro essa obra funda a Etnologia Guarani contemporânea. (GRUPIONI, 1998: 176) A obra somente foi traduzida e publicada em português setenta e três anos após a sua publicação em alemão, sendo considerada uma das mais importantes monografias da Etnologia Brasileira (GRUPIONI, 1998: 176).

Ainda em 1914 e 1915, Nimuendajú visita os Tembé e Timbira, além de atuar na pacificação do povo Urubu, no rio Gurupi (GRUPIONI, 1998:176, WELPER, 2002: 45). Como etnólogo, ele publica vocabulários dos nativos na revista *Zeitschrift für Ethnologie*, de Berlim. (GRUPIONI, 1998: 176)

Em 1915, Nimuendajú se afasta da pacificação do povo Urubu que ele coordenava (WELPER, 2002:45), e passa então a participar de pesquisa etnográfica com os museus e pesquisadores estrangeiros como Koch Grünberg (WELPER, 2002: 45). Parte então para viagem no rio Jari, Maracá e Paru, região do povo Apará e, segundo Grupioni (1998: 177), “descobre um subgrupo Waiãpi (Paiki Piraga)”. Tal viagem fora agenciada pelo cônsul alemão em Belém e visava formar coleções etnográficas para a expedição de William Curtis Farabee. (1998: 177). A coleção de objetos Apará formada por Curt Nimuendajú é repartida entre o Museu Goeldi e o Museu da Universidade da Filadélfia. (GRUPIONI 1998:177, WELPER 2002:45). O relatório sobre a viagem é publicado em 1927, em Gotemburgo. (GRUPIONI, 1998: 177)

Entre 1915 e 1916, Nimuendajú faz expedição para a região do povo Tembé da Missão de Santo Antonio do Prata. Ao longo dos anos de 1916 a 1919 pacifica os Yuruna, Sipáia, Kuruaya, Arara e Kayapó (WELPER, 2002:45). Durante esses três anos de pacificação, organiza também coleções de objetos etnográficos financiada pelo Museu de Stuttgart, através do seu diretor Koch-Grünberg que as comprou (WELPER 2002: 46), além da coleções enviadas para Gotemburgo (1998:

177). Nimuendajú publica artigos sobre esses povos na revista *Anthropos* e no *Journal de la Société des Américanistes*. (GRUPIONI, 1998: 177)

Em maio de 1920, Nimuendaju é contratado pela diretora do Museu, a ornitóloga Emília Snethlage para ser o cientista chefe da Seção Etnográfica. (WELPER 2002: 46). Ele seria responsável pela revisão completa das coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Emílio Goeldi; organização de um inventário e a confecção de um catálogo das coleções (GRUPIONI 1998: 177-178). Como pacificador-colecionador, entre 1920 a 1922, ele inicia a prática de escavações arqueológicas no litoral do Pará, Oiapoque e Marajó através do Museu Emílio Goeldi e do Museu de Gotemburgo. (WELPER, 2002: s.p.) .

Na ausência da diretora Emília Snethlage, Nimuendajú assumia a direção do Museu Goeldi, sendo responsável pelas correspondências científicas. (GRUPIONI, 1998: 178) Em carta datada de 20 de junho de 1920, Nimuendajú escreve para Luiz Bueno Horta Barbosa sua disponibilidade para o SPI – cuja sigla mudou em 1918, anteriormente chamado SPILTIN (LIMA 2002: 159) - Há dois meses ocupo no Museu Paraense o posto de Chefe de Seção Etnográfica. Isto nada impede de estar pronto para o S.P.I. quando o Sr. de mim precisar, conforme já declarei.” (WELPER, 2002: 47).

Ele recebe, em seguida, o convite do Inspetor Bento Lemos de pacificar o povo Parintintin, moradores da região do rio Madeira. (WELPER, 2002: 47) Nimuendajú critica o método tradicional de entrada na pacificação realizada anteriormente pelo SPI e formula novos métodos já que os nativos, segundo o etnólogo, eram demasiado arredios para esse tipo de entrada do Serviço. (NIMUENDAJÚ, 1982 (1924): 59)

É um conceito muito vulgar, mas completamente errado, ser o melhor meio de pacificar uma tribo hostil fazer uma expedição pacífica às suas malocas. Com taes entradas nunca se realizará a pacificação de uma tribo



intractavel, como a dos Parintintin.” (NIMUENDAJÚ, 1982 (1924): 59)

O tamanho interesse de Nimuendajú em pacificar os Parintintin faz com que ele elabore novos planos de pacificação. Em seu plano, Nimuendajú enfatizava o estabelecimento longo no território nativo, a demonstração clara da autoridade do Serviço e a inviabilidade de reação dos nativos perante a soberania do Serviço. (NIMUENDAJÚ, 1982 (1924): 59)

O pacificador tem de estabelecer-se permanentemente no território della e obriga-la com esta medida a entender-se pouco a pouco com elle, depois de ter-se convencido da inexpugnabilidade da sua posição e as vantagens que a permanencia delle traz para a tribu toda.” (NIMUENDAJÚ 1982 (1924): 59)

Segundo o pacificador (NIMUENDAJÚ, 1982 (1924): 59), era necessário usar também uma estratégia de localização do Posto do Serviço. Tal estratégia incluía a construção de um Posto; fora de povoados para que se destaque e amedronte, dentro da região. (NIMUENDAJÚ, 1982 (1924): 59) Além disso, as armas utilizadas deveriam claramente ser identificadas como sendo as do Serviço. (NIMUENDAJÚ, 1982 (1924): 59). “1. Ser o posto estabelecido tão longe a zona povoada que se destaque della á primeira vista e que a sua guarnição seja facilmente distinguida pelos índios dos outros moradores, geralmente seus inimigos.” (NIMUENDAJÚ, 1982 (1924): 59)

O Posto de pacificação deveria estar localizado dentro da área do povoado, mas distante das casas dos nativos, pois estes poderiam deixar suas casas por medo da ação armada de surpresa do Serviço. “2. *Estar situado nas terras permanentemente habitadas pelos índios, mas não perto demais de suas malocas, para não causar o abandono dellas, por medo de alguma surpresa.*” (NIMUENDAJÚ, 1982 (1924): 59)

Julgando, a necessidade de compra de mercadorias como brinde e como consumo, o Serviço deveria estar próximo da região de comércio,

com facilidade logística de trânsito, de compra e de utilização da mão de obra. (NIMUENDAJÚ, 1982 (1924):59) “3. *Ficar ligado á zona do commercio por uma via de comunicação, a mais fácil possível e que seja transitavel durante o anno todo.*”(NIMUENDAJÚ, 1982 (1924): 59)

Em 19 de abril de 1922, Nimuendajú construiu o Posto e em 28 de maio concluiu a pacificação do povo Parintintin. (WELPER, 2002:48) Nimuendajú escreve: “*O grande Milagre estava feito: As feras indomáveis, os anthropophagos com os quaes só se podia falar pela boca do rifle, tinham pacificamente commigo conversado e trocado presentes durante quasi três horas!*”(1982[1924]:59)” (WELPER, 2002:48)

Após a pacificação dos Parintintin, foi notável o declínio populacional e cultural desse povo (GRUPIONI, 1998:178). A aceitação de relações pacíficas com o mundo dos brancos foi o passo inicial para a destruição dos Parintintin (GRUPIONI, 1998: 178).

O trabalho de pacificação dos Parintintin teve tamanha repercussão que Rondon encomendou para o escritor português José Maria Ferreira de Castro um romance no qual Nimuendajú era o personagem central (Grupioni, 1998: 178). Os relatórios sobre a pacificação dos Parintintin foram usados pelo escritor para escrever seu romance “*O Instinto Supremo*”. (GRUPIONI, 1998: 178)

Mais ainda, no mesmo ano de 1922, Nimuendajú é eleito membro da *Société des Américanistes de Paris* e passa a publicar diversos artigos em sua revista. (GRUPIONI, 1998: 178) Ele adquire também nesse ano a cidadania brasileira e passa a adotar oficialmente o nome Nimuendajú (ARNAUD, 1983/1984: 57), já que usava de seu pseudônimo ilegalmente como forma de ocultar seu caráter nazista.

Entre o período de 1921 a 1923, Nimunedajú esteve em contato com o diretor do Museu de Gotemburgo, o Visconde Erland Nordenskiöld (ARNAUD 1983/1984: 57). Ele parte a procura dos povos Mura, Pirahã, Tora e Matanawí, para organizar coleções de objetos. (GRUPIONI, 1998:



178). Organiza coleção etnográfica dos Mura-Pirahã para o Museu Nacional e vende para o mesmo museu a coleção dos objetos dos Parintintin, organizada durante a pacificação (GRUPIONI, 1998: 178).

Ele logo passa a enviar coleções arqueológicas de machados de pedra e fragmentos de cerâmica do médio Xingu para o Museu de Gotemburgo. (GRUPIONI, 1998: 178-179). Além dessa coleção, envia o material etnográfico, cacetetes, arcos e flechas dos Kayapó. (Grupioni, 1998: 179). Para a coleção dos objetos da região do Xingu, o Museu de Gotemburgo enviou a quantia de 1.000 coroas. (GRUPIONI, 1998: 179). Em seguida, o Museu de Gotemburgo receberia uma coleção dos Parintintin, juntamente com o manuscrito “Os índios Parintintin do rio Madeira”, publicado em 1924 e 1925 no *Journal de la Société des Américanistes*. (GRUPIONI, 1998: 179)

Em 1923, Nimuendajú se associa ao Museu de Gotemburgo e supostamente se afasta do SPI, pois estaria envolvido com as atividades de escavação arqueológica em Santarém, Óbidos, Monte Alegre, Tapajós, Trombetas, Jamundá, Guiana brasileira e nas ilhas de Marajó e Caviana, encomendadas pelo Museu de Gotemburgo. (GRUPIONI, 1998: 179) Segundo Nimuendajú, Nordenskiöld tinha uma pesquisa sobre os pontos intermediários entre os centros da cultura Aruak no norte da Venezuela, na ilha de Marajó e nas planícies de Mojos, na Bolívia. (GRUPIONI, 1998: 179-180). Em conjunto com os objetos arqueológicos, coleta o vocabulário do povo Maué nessa mesma expedição. (GRUPIONI, 1998: 179). O vocabulário Maué é somente publicado em 1929 (GRUPIONI, 1998: 179)

Em 1925, Erland Nordenskiöld abre a “Sala Nimuendajú” no Museu de Gotemburgo para expor todos os objetos colecionados pelas mãos do etnólogo. (GRUPIONI, 1998: 180) Foram expostos os objetos dos Parintintin, as cerâmicas de Santarém e outros artefatos arqueológicos raros como os 5 ídolos de pedra coletados por Nimuendajú em Óbidos. (GRUPIONI, 1998: 180). Além de tornar Nimuendajú cada vez mais

reconhecido como pesquisador, essa exposição tinha também o objetivo de arrecadar mais patrocinadores para o colecionismo do Museu de Gotemburgo (GRUPIONI, 1998: 180) Segundo esse autor (GRUPIONI, 1998: 180), Nordenskiöld comunicava ao público que as coleções dos objetos realizadas por Nimuendajú nas Guianas estavam a caminho de Gotemburgo e que nenhum explorador desde o século XVII teria conseguido até então organizar essas coleções (GRUPIONI, 1998: 180).

Além das escavações, Nimuendajú faz seu trabalho etnográfico de descrição do povo Palikur e dos povos vizinhos. Ele escreve a monografia “Os Palikur e seus vizinhos”, publicada com o prefácio de Erland Nordenskiöld. (GRUPIONI, 1998: 180). A coleção dos objetos Palikur é enviada a Gotemburgo. (GRUPIONI, 1998: 180)

Durante o trabalho etnográfico com os Palikur encomendado por Nordenskiöld, Nimuendajú utilizava o informante nativo para as escavações das urnas. (Nimuendajú, 2004: 44) No relatório de Nimuendajú para o Museu de Gotemburgo, explica que ele somente tinha enviado algumas urnas quebradas por causa do nativo que as quebrou (NIMUENDAJÚ, 2004: 44). Nimuendajú explica que o nativo teria feito a escavação das urnas sem a sua presença e que, portanto, de nada valiam. (Nimuendajú, 2004: 44) O nativo, revoltado, teria jogado as urnas em um barranco. (NIMUENDAJÚ, 2004: 44)

When- to keep him from continuing this practice – I told him that, if I did not attend the excavation, the urns would be of no value to me and I would not pay for the excavation, he resolutely threw one urn after another down the 20-m-long corridor in the rock, where they crashed and broken into pieces, and the fragments sank into swamp. With great difficult, I saved the three pieces I have sent off. (NIMUENDAJU, 2004: 44)

A cadeia construída nesse período para a destruição populações nativas está provada no discurso colonialista de salvaguarda da imagem do



índio da colonização através da sua musealização. Juntamente com os objetos enviados, Nimuendajú difundiu a imagem do outro da colonização com todas as suas construções pejorativas ocidentais (BABHA, 2004: 94-120).

Ainda, no final de 1925, Curt Nimuendajú se casa com a brasileira Jovelina do Nascimento.

Em 1926, o museu de Gotemburgo, através de Nordenskiöld, financia com exclusividade as escavações de nos afluentes do rio Amazonas, Madeira e Autaz e no rio Tocantins, bem como a coleta de vocabulário dos povos os Mura e os Munduruku. (GRUPIONI, 1998: 180-181). Ele publica esses vocabulários no *Journal de la Société des Américanistes* em 1932. (GRUPIONI, 1998: 181) Para o antropólogo Faria, Erland Nordenskiöld não apenas colecionou como também criou um mercado para coleções arqueológicas e etnográficas através de Nimuendajú no Brasil. (FARIA 2002 (1987): 14)

Em 1927, Nimuendajú vende uma coleção de objetos do povo Parintitintin e uma coleção do povo Mura-Pirahã para o acervo do Museu Nacional. (GRUPIONI, 1998: 202). Envia também relatório para Gotemburgo dos objetos colecionados dos povos do rio Içana, rio Negro e Uaupés.

No período de 1928 a 1929, os museus alemães de Leipzig, Dresden e Hamburgo fazem um financiamento em bloco para expedição de coleta de Curt Nimuendajú (GRUPIONI, 1998: 181). Nesses dois anos, Nimuendajú empreende coletas de objetos Apinayé, Canela, Krikati, Krepumkateye, Pukobye e Guajajara. (GRUPIONI, 1998: 181). A escolha da área de coleta, região do Maranhão e Goiás, foi influenciada por Fritz Krause, diretor do Museu de Leipzig, que se interessava particularmente em financiar coleta na região do leste do Araguaia e do Tocantins, já que tinha realizado sua própria coleta para o mesmo museu nos anos de 1908 e 1909.

(GRUPIONI, 1998: 182). A coleção para o Museu de Leipzig correspondia a objetos Karajá, Javaé e Kayapó. (GRUPIONI, 1998: 182).

Nessa mesma época, em 1929, Nimuendajú envia o relatório de viagem aos Ticuna – também denominado Tikuna, Tucuna ou Tukuna – para cobrir as informações exigidas pelo SPI (NIMUENDAJÚ, 1977) e envia lista de objetos da coleção dos objetos Ticuna para Gotemburgo.

Ele informa ao SPI o território e número dos Tikuna; além da constituição física, caráter e moral; organização social; festa de puberdade; religião e mitologia; moradia, artefatos e produção; relações com os civilizados; língua. (NIMUENDAJÚ, 1977: 20-68)

O relatório para o SPI de 1929 foi publicado no Boletim do Museu Paulista em 1977. Ele faz o total demográfico de Ticuna (NIMUENDAJÚ, 1977: 20-25) e trata o indivíduo como “*cabeça*”, termo utilizado para se referir a um animal, “*vae mais de 3.000 cabeças*” (NIMUENDAJÚ, 1977: 21). Ainda, sobre as características fisionômicas dos Ticuna, ele escreve, “*Os traços fisionômicos são grosseiros; rostos passavelmente bonitos são raros*” (NIMUENDAJÚ, 1977: 21).

Entre 1930 e 1931, através de Fritz Krause, consegue ainda mais recursos para colecionismo através do Instituto Etnológico e Antropológico de Leipzig que, junto com o Museu de Etnologia de Leipzig e de Hamburgo financiam uma expedição de coleta. (GRUPIONI 1998: 182). Nessa expedição de coleta, Nimuendajú acumula objetos dos Apinayé, Xerente, Krahó e Ramkokamekra-Canela. Também escreve nesse período a monografia “*Die Timbira*” com 208 páginas, 223 fotos e 58 páginas de anexos, contendo vocabulários, mapas, desenhos dos Ramkokamekra, considerada até aquele momento, como a melhor monografia já escrita entre os Jê. (GRUPIONI, 1998: 182).

Segundo esse autor (GRUPIONI, 1998: 182), o colecionismo realizado por Nimuendajú e financiado pelos museus europeus era uma



atividade comum e valorizada entre os antropólogos. A Antropologia, portanto, como disciplina, é fundamentalmente uma disciplina de colecionamento, seja de objetos, palavras, descrições, fotos ou mapas, que cria a imagem de um outro, injetando o pensamento ocidental sobre os “primitivos” (MONOD, 1976: 321-365)

Em 1933, oferece ao Museu Nacional, no Rio de Janeiro, uma coleção Apinayé, marcando o início de relações mais próximas com esse museu. (GRUPIONI, 1998: 202).

Em 1934, Curt Nimuendajú viaja a Europa com o financiamento do Carnegie Institution, de Washinton para visitar os museus os quais ele montou suas coleções. (GRUPIONI, 1998: 183). Além disso, ele visita o British Museum e o Museu de Copenhague para fazer uma análise das coleções sobre as Américas. (NIMUENDAJÚ, 2002: 201- 211) Em Londres, ele escreve para Carlos Estevão de Oliveira, amigo e diretor do Museu Parense Emílio Goeldi (NIMUENDAJÚ, 2002: 201-211), cuja direção Carlos Estevão assumiu durante o período de 1930 a 1945 (BARRETO 1992: 225).

Segundo Nimuendajú, os povos da América do Sul estavam representados por coleções sofríveis no British Museum. (NIMUENDAJÚ, 2000: 202). Ele escreve que

da zona que especialmente me interessa só vi oito machados semilunares, dos quais seis encabados”, “Uma única urna de Marajó e das demais cerâmicas amazônicas nem sombra. Um machado semilunar e um gancho de pedra para estoléca, ambos provenientes de Minas, e o último dado por A. Taunay.” (NIMUENDAJU, 2000: 202)

Após a estadia em Londres, visita Copenhague e depois Gotemburgo. (NIMUENDAJÚ 2000: 201-211). Viaja para Berlim e visita o museu etnográfico, recebendo o convite do diretor Prof. Krickeberg das suas coleções que queria comprar, além de propostas de trabalho, publicação e subsídios. (NIMUENDAJU, 2000: 208).

Segundo Grupioni (1998: 183), nos meses em que viajava pela Europa, há vários registros que indicam uma intenção de sair do Brasil e viver em outro país porque se sentia como um cidadão de segunda categoria no Brasil.

Na volta da viagem à Europa, propõe ao Museu Nacional formar a coleção do povo Canela e com o suporte do Carnegie Institution viaja pela quarta vez para o território desse povo, no Maranhão. (GRUPIONI, 1998: 183). Posteriormente, em 1934, forma coleções dos povos Fulniô e Xucuru em Pernambuco. (GRUPIONI, 1998: 183). Os objetos coletados entre os Xucuru são vendidos quatro anos depois para o Museu Nacional. (GRUPIONI, 1998: 184). Entre os Canela Nimuendajú coletou 148 objetos para o Museu Goeldi. (GRUPIONI, 1998: 184)

Segundo Grupioni (1998:185), o financiamento norte-americano recebido por Nimuendajú baseou-se da ajuda de Izikowitz do Museu de Gotemburgo que sugeriu a Nimuendajú enviar uma amostra de seu trabalho sobre a corrida de toras para Robert Lowie (GRUPIONI, 1998: 185). Robert Lowie consegue, em seguida, financiamento para o trabalho de campo de Nimuendajú através do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Califórnia. (GRUPIONI, 1998: 185). Lowie traduz alguns trabalhos de Nimunedajú para o inglês, bem como assina artigos em conjunto. (GRUPIONI, 1998: 185). Para Lowie, a descendência alemã e a sede por fatos e provas os uniam, formando um bom time. (GRUPIONI, 1998: 186).

Segundo Grupuioni (1998: 188), a partir da ligação com Robert Lowie, Nimuendajú se foca em notas etnográficas do que no colecionamento.

Em 1935, recebe proposta da diretora do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres para se vincular exclusivamente com o Museu Nacional (GRUPIONI, 1998: 187). Nimuendajú, no entanto, rejeita a oferta e mantém seu vínculo de pesquisa com Robert Lowie e com o



Museu Paraense Emílio Goeldi (GRUPIONI, 1998: 187). Além disso, Nimuendajú continua a organizar as coleções para os museus europeus (GRUPIONI, 1998: 188)

Com o financiamento norte-americano, Nimunedaju volta ao território Canela, no Maranhão para coleta de dados em 1936 e, em 1937, volta a fazer coleta entre os Apinaye e Xerente no Tocantins. (GRUPIONI, 1998: 186).

Em 1936, Nimuendajú faz o pedido de licença ao CFEACB - criado em 1933 para registrar o comércio ilegal, a exportação dos artigos indígenas e a exploração das escavações arqueológicas⁶ – para novamente fazer etnografia do povo Xerente *sem se empenhar em colecionar objetos*.

Curt Nimuendaju, brasileiro naturalizado, ethnologo pede autorização para repetir a sua vizita aos indios Cherentes, no Estado de Goyaz para continuar entre elles os esu estudos, especialmente sociologicos, custeados pela University of California – Berkeley [...] A estada nas aldeas dos Cherentes será de 4 a 5 mezes [...] O requerente não fará empenho de organizar grandes colleções de objectos ethnograficos; do que elle por ventura trazer será enviado um catalogo ao Museu Nacional para opção de compra.⁷

No entanto, em 1937, Nimuendajú envia um telegrama ao Conselho de Fiscalização oferecendo ao Museu Nacional a coleção de 242 artefatos Xerente, além de 10 objetos Apinayé e dezessete objetos Xucuru, estas coletadas em 1934 (GRUPIONI, 188-189). Além de um conjunto de fotografias (GRUPIONI, 1998: 188-189)

Ainda em 1936, Nimuendaju é também financiado pela Universidade da Califórnia para fazer trabalho etnográfico e de

⁶ Ficha catalográfica, p.15. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artística e Científicas no Brasil: inventário sumário. Museu de Astronomia e Ciências afins, 2ed, Rio de Janeiro: Mast 2000. 133p.

⁷ Pedido de licença para visita aos povo Cherente, de Curt Nimuendaju para o Presidente do Conselho Campos Porto. Sao Luiz do Maranhao, 14 de setembro de 1936. CFE.T.2.01/918

coleccionador do povo Gamella. (WELPER, 2002:64). Segundo o etnólogo, a viagem fora um fracasso, pois não existiam mais Gamellas; “só encontrei uma porção de negros, cafuzos e curibocas que me diziam que os avôs ou bisavôs tinham sido índios (...) não trouxe de lá um único objeto sequer, e da linguagem ninguém mais se lembrava” (WELPER, 2000: 64). Ele ainda reclama que chegara tarde demais porque “com 7/8 ou 15/16 de sangue negro, as características da raça americana desapareceram completamente” (WELPER, 2000:64).

A imagem de Nimuendajú foi propagada pelo Conselho como o conhecedor dos índios e colecionador de objetos, como menciona o *Jornal do Comércio* em 23/09/1936⁸. No artigo, intitulado “Impedindo a evasão de objectos de arte e materal ethnographico: o movimento do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, no anno findo”, como um grande conhecedor dos povos nativos que somente coletou objetos após conhecimento do povo Canela, “Nimuendaju só colecionou depois de ter estudado durante quatro anos os canellas, isto é, quando já se achava conhecedor da quasi totalidade dos segredos referentes a sua cultura material, a sua organização social, a sua feição psychica”, sendo a melhor coleção sobre o povo Canela existente em qualquer lugar do mundo.

No ano de 1937, além das coleções de 278 objetos vendidos ao Museu Nacional, foram vendidos 560 objetos Canela para o Museu Paraense Emílio Goeldi e 22 objetos para o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. (GRUPIONI, 1998: 189)

Em 1938, através do patrocínio da Universidade da Califórnia, viaja nas áreas pertencentes aos povos Pataxó, Kamakã, Kariri e Baenã. Ele

⁸Jornal do Comércio, 23/09/1936. Dossiê Nimuendajú. Arquivo do Conselho das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. Museu de Astronomia, Dossiê Curt Nimunedajú, foto CFE-T2-438



coleta vocabulários Kamakã, cuja fonética, segundo o etnólogo era monstruosa. (GRUPIONI, 1998: 198)

A licença, concedida a Nimuendajú pelo CFEACB através da sua parecerista Heloísa Alberto Torres requeria além da etnografia Kamakã e outros grupos nos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, também dados para serem enviados ao SPI sobre a população sertaneja. (GRUPIONI, 1998: 190)

Nimuendajú viaja a Salvador em 03 de setembro de 1938. Ele permanece em Salvador por 11 dias em trabalho na biblioteca de Frederico Edelweiss, diretor do Instituto do Cacau. (Grupioni, 1998: 191) Recebe um telegrama do diretor do SPI, Coronel Vicente Vasconcellos, quando viaja ao Posto Paraguaçu obtendo informações sobre os Pataxó, Kamakã, Kariri e Baenã. (GRUPIONI, 1998: 191). Ele entrevista a última descendente “puro sangue” Kamaã, Jacinta Grayirá, que lhe narra histórias. (GRUPIONI 1998: 191, NIMUENDAJÚ 1986: 98-108). Ele ainda continua a expedição, pesquisando os Botocudo para verificar se o que restava deles ainda valia a pena. (Grupioni, 1998: 194). Segundo Nimuendajú (1986:90), os Botocudos foram pacificados pelo Serviço de Proteção aos Índios em 1913, em 1939, o seu número era de 68 *cabeças*, que viviam no Posto Guido Marlière. (NIMUENDAJU 1986: 90). Nesse período, Nimuendajú descreveu as lendas contadas pelos seus informantes Raulino e Hamát. (NIMUENDAJU 1986:91) Ainda, na mesma expedição forma coleções do povo Maxakali, na divisa com a Bahia. (Grupioni, 1998: 194). Dessa expedição, forma 4 coleções, separando-as, preparando listas e encaixotando-as em Vitória do Espírito Santo.(GRUPIONI, 1998: 194). Nimuendaju vende 122 objetos Maxakali e mais outros 22 de outros povos para o Museu Paraense Emílio Goeldi, 87 objetos para o Museu Nacional (GRUPIONI, 1998: 194-195).

Ele envia 58 objetos Maxakali para Gotemburgo, oferecendo-os pelo total de 200 dólares. (GRUPIONI 1998: 197). Ele escreve para Carlos

Estevão de Oliveira que a coleção seria “para saldar finalmente meu compromisso com o finado Nordenskiöld, de arranjar para aquele museu algum material da região dos Botocudo” (GRUPIONI, 1998: 196-197). Segundo o etnólogo, os Botocudos “*estavam absolutamente deculturados e não interessavam mais em termos etnográficos*”, escreve para o diretor do Museu de Gotemburgo Walter Kaudern. (GRUPIONI 1998: 1996).

A coleção Maxacali, no entanto, decepciona o diretor Walter Kaudern que pede redução do preço, e oferece 75 dólares, que é aceito por Nimuendajú. (Grupioni, 1998: 196). Segundo o diretor, esses objetos traduziam uma imagem fraca da cultura e a ideia de deculturação das culturas da América do Sul. Mais ainda, que não era mais possível formar coleções verdadeiras como as de 20 anos atrás (GRUPIONI, 1998: 196).

Para a coleção particular do amigo e ávido colecionador Carlos Estevão de Oliveira, diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, reservou 27 objetos Maxakali, 4 objetos dos Guarani e dois machados de pedra do Espírito Santo. (GRUPIONI, 1998: 194-195). Nimunedajú escreve o relatório sobre o povo Maxakali e entrega diretamente para o diretor do SPI, Coronel Vicente Vasconcellos. (GRUPIONI, 1998: 199) O relatório é publicado em 1958 na Revista de Antropologia da USP. (GRUPIONI, 1998: 199)

Em 1938, ele exportou ainda duas coleções para o Museu de Gotemburgo, sendo uma coleção Xerente com 146 objetos e uma coleção Apinayé constando 22 objetos. (GRUPIONI, 1998: 189). Em 1939, Heloísa Alberto Torres – diretora do Museu Nacional e ao mesmo tempo parecerista do CFEACB que emitia as licenças para Nimuendajú (GRUPIONI, 1998: 200) - se interessa em financiar uma expedição de Nimuendajú (GRUPIONI, 1998: 200). Nimunedajú informa Heloísa Alberto Torres que Lowie teria conseguido financiamento da American Philosophical Society para a coleta de dados do povo Gorotire e recusa a oferta de fundos de Heloísa por não ter como conciliar os interesses do



Museu Nacional e do Institute of Social Science, Califórnia University (GRUPIONI, 1998: 198). No entanto, Nimuenadjú trata de fazer um acordo com Heloísa A. Torres para fazer coleções para o Museu Nacional, sem entregar os resultados sociológicos e religiosos para o mesmo Museu Nacional (GRUPIONI, 1998: 198).

...eu trabalho com os recursos do Instituto ao qual em compensação entrego resultados sociológicos e religiosos, e comprometo-me a fazer coleções devidamente documentadas para o Museu Nacional que as comprará se lhes convier...” (Grupioni 1998: 198). Na licença requerida por Nimuendajú para sua expedição não se em montar coleções. (GRUPIONI, 1998: 199).

Após o trabalho de campo, Nimuendaju vende 158 objetos Gorotire por 4.500.000 ao Museu Nacional, 125 objetos por 3.500.000 para o Museu Paraense Emílio Goeldi e 40 objetos para a coleção particular de Carlos Estevão de Oliveira. (GRUPIONI, 1998: 201). Ainda comunica o Conselho que encontrou os nativos em “condições anormais”, e portanto não tinha resultado científico. Nesse mesmo período, vende uma coleção de objetos do povo Canela organizada entre 1931 e 1936 para o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, dirigido por Fernando de Azevedo. (GRUPIONI, 1998: 201-202).

Segundo Grupioni (1998: 202), a identidade de Nimunedaju está calcada na figura do colecionador particular que oferece aos institutos nacionais e estrangeiros ofertas de coleções etnográficas.

Em 1939, Robert Lowie traduz do alemão para o inglês a monografia “*The Apinayé*” através da *The Catholic University of America Anthropological*, de Whashington. (ARNAUD 1983/1984: 64). No ano de 1940, em carta a Carlos Estevão, ele diz que tinha sido estimulado por Lowie para partir para expedição entre o povo Kayapó, morador entre os rios Tocantins e Araguaia (GRUPIONI, 1998: 205). Ele escreve 3 meses depois ao Conselho que “da referida fração de Caiapós que, segundo os

cáculos de Frei Gil de Villanova, contava 1.500 *cabeças* há uns 40 anos atrás, sobrevivem hoje apenas 2 homens e 4 mulheres, espalhados entre a população civilizada.” (GRUPIONI, 1998: 206).

Ainda em 1940, Nimuendajú solicita ao Conselho de Fiscalização a licença para fazer estudos sobre sociologia e religião do povo Tícuna – denominados também por Tikuna, Tucuna ou Tukuna -, com o financiamento do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Califórnia. (GRUPIONI 1998: 206). Esta viagem concluiria os trabalhos sobre os Gê (GRUPIONI 1998: 207). Ele continuaria trabalhando ainda, nesse ano, na monografia sobre os Xerenete para enviar a Lowie (GRUPIONI, 1998: 206).

Com o afastamento de Heloisa Alberto Torres do Conselho, Nimuendajú tem como parecerista das licenças de suas expedições Flexa Ribeiro (GRUPIONI, 1998: 203) A partir desse momento, o Conselho começa a lançar dúvidas sobre a competência de Nimuendajú, como menciona o trecho do ofício de Flexa Ribeiro para o Presidente do Conselho,

De novo, o sr. Curt Nimuendajú, brasileiro naturalizado, etnólogo de bons quilates, vem solicitar licença, deste Conselho, para suas pesquisas na Amazonia. Desta feita, o conhecido cientista pede livramento para “estudos sobre *Sociologia e Religião* dos índios Tukuna e tribus vizinhas, no rio Solimões e afluentes, no Estado do Amazonas.”⁹

Em pedido enviado anteriormente ao Conselho, ele informa a quantidade de objetos que enviou para os museus nacionais e internacionais, afirmando que os institutos nacionais levaram vantagem em relação aos internacionais. (GRUPIONI, 1998: 206-208).

⁹ Carta do conselheiro Flexa Ribeiro para o Presidente do CFEACB, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1940, Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas para o Presidente . Dossiê Curt Nimuendaju. CFE. T.2.020/993.



Essa carta causou uma indisposição que leva o Conselho a entrar em conflito com as atividades de Nimuendajú em relação à omissão de Nimunedajú da quantidade de material enviado a Gotemburgo em 1926, na qual Nordenskiöld cita em sua obra *L'Archéologie du Bassin de l'Amazonie* de 1930. (GRUPIONI 1998: 209). Nesta obra, Nordenskiöld agradece a Nimuendajú pelo Museu de Gotemburgo possuir a “mais considerável coleção que existe fora do Brasil sobre o Amazonas inferior” (GRUPIONI, 1998: 209)

Embora esse conflito tenha mostrado que Nimuendaju tinha burlado a legislação em vigor, em detrimento do Brasil sobre a quantidade de material que entrou nos museus europeus e a quantidade de material dos museus brasileiros, o Conselho emite a licença para Nimuendaju estudar e coletar os objetos Ticuna (GRUPIONI, 206-211). Uma das exigências do Conselho é que todo o material colecionado por Nimuendaju fosse enviado para o Conselho, no Rio de Janeiro, que então passaria a opinar sobre a partilha final entre os museus (GRUPIONI, 1998: 211).

Entre 22 de fevereiro a 3 de outubro de 1941, Nimunedaju permaneceu entre o povo Ticuna (GRUPIONI, 1998: 215). Ele saiu para a expedição antes que os impasses do Conselho tivessem sido resolvidos (GRUPIONI, 1998: 215). Ele colecionou 547 objetos dos quais 275 foram entregues ao Museu Paraense Emílio Goeldi e 272 ao Museu Nacional. Carlos Estevão de Oliveira recebeu também objetos para sua coleção particular. (GRUPIONI, 1998: 215)

Em 1942, Nimunedaju retorna a região do povo Ticuna para coleta de objetos para partilha entre o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Nacional, além de obter dados científicos. (GRUPIONI, 1998: 222). Embora o Conselho estivesse autorizando Nimuendaju para vender os objetos ao Museu Nacional, Nimuendaju estava também negociando com outros institutos, como Rockefeller Foundation, Smithsonian Institution, através do Museu Goeldi (GRUPIONI, 1998: 223).

Em 1943, Nimuendaju volta a território Ticuna, financiado pelo Museu Nacional, Museu Goeldi e Rockefeller Institution. (GRUPIONI, 1998: 223). Segundo pedido de licença dele a finalidade era completar as coleções já feitas em 1941 para os museus e coletar 29 exemplares de plantas vivas (GRUPIONI, 1998: 223)

Segundo esse autor (GRUPIONI, 1998: 224), ao analisar as cartas de 1942, percebeu que havia um clima de hostilidade com o etnólogo junto aos Ticuna. O exército recebeu denúncias contra Nimuendajú e ele foi preso em Manaus acusado de ser espião nazista (GRUPIONI, 1998: 224). Segundo Carlos Estevão, haviam comunicado as autoridades da região que Nimunedaju estava revoltando os nativos, pois Nimuendajú já havia assassinado diversos. (GRUPIONI, 1998: 224)

O clima de conflito com Nimuendajú entre o povo Ticuna é descrito na carta de Nimuendajú ao amigo Baldus, *“Trataram de balde de convencer os Tukuna de que deviam assassinar-me”* (GRUPIONI, 1998: 225), e também de Nimuendajú para Steward *“a nação com que vivo e trabalho há 40 anos, julgando-me incorporado, me trata a priori como inimigo mortal.”* (GRUPIONI, 1998: 226). Em outra carta a Steward ele diz que nos Estados Unidos ele é julgado pelos seus trabalhos, mas que no Brasil a sua naturalização de nada vale pois o que importa é que era estrangeiro. (GRUPIONI, 1998: 226)

Depois da coleta entre os Ticuna e da sua prisão em 1942, Nimuendajú escreve os artigos para o *Handbook of South American Indians* e conclui os trabalhos sobre os Ticuna para Lowie. (GRUPIONI, 1998: 226)

Ainda em 1942, Lowie sugere a Nimunedajú que escreva em português e ele, em inglês, deixando de escrever em alemão, pois as cartas em alemão estavam sendo abertas pelos censores norte-americanos. Lowie ainda descarta a possibilidade de financiamento, nesse momento, pois a atmosfera não era favorável para pesquisa que não podia ser coordenada com esforço da Guerra. (GRUPIONI, 1998: 226- 227)



Nimuendajú envia para o Bureau of American Ethnology do Smithsonian Institution, o *Mapa Etnohistórico do Brasil e Regiões Adjacentes*, o qual seria publicado no *Handbook of South American Indians*, organizado por Julian Steward. Nimuendajú escreve vários artigos para o *Handbook of South American Indians* e três em parceria com Métraux (GRUPIONI, 1998: 227-228). Segundo Grupioni (1998: 228), Nimuendajú se descontenta com Julian Steward nas correspondências entre ambos. Ele reclama das traduções do seu texto do português para o inglês. (GRUPIONI, 1998: 228-229)

A monografia de Nimuendajú “*The Serente*” é traduzida e publicada por Lowie nesse ano (Grupioni, 1998: 228). Lowie ainda traduz e publica os mitos dos Cherente, “*Serent tales*”, no *Journal of American Folklore* em 1944. Ainda em 1942, Nimuendajú envia a monografia “*The Tukuna*” para Lowie, contendo 146 páginas e fotos, dizendo a Lowie que este seria o último trabalho desse gênero. (GRUPIONI, 1998: 228)

No ano de 1943, ele prepara os artigos para o *Handbook* e na produção do *Mapa Etno-Histórico* para o Museu paraense Emílio Goeldi (GRUPIONI, 1998: 2289).

Como professor, ele ministra um curso de Etnologia Americana no Museu Goeldi. (PEREIRA 1946: 59). Os cursos ministrados por Nimuendajú no Museu Paraense Emílio Goeldi iniciaram em 1941 e foram divididos em 3 etapas, tendo como alunos os 5 auxiliares da seção de Etnologia do Museu. (PEREIRA, 1946: 59-60). A primeira etapa abrangia o período de 11-11-1941 a 24-02-1942, a segunda etapa de 21-01-1943 a 15-06-1943 e a terceira etapa em 12-01-1944 a 01-08-1944 (PEREIRA, 1946: 59). A primeira etapa abordava as culturas das Américas, a segunda etapa era sobre a teoria de ciclos culturais e a terceira sobre os “grupos linguísticos Tupi Puro e Tupi Impuro”, segundo Pereira (1946: 60).

Em julho de 1943, recebe o convite de General Rondon, presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) para visitar o Rio de Janeiro.

Segundo Ribeiro (2000: 103), o CNPI foi criado em 1939 por decreto-lei e foi presidido pelo Rondon até 1958. O CNPI funcionou como órgão formulador e consultivo para a política indigenista brasileira a ser executado pelo SPI. (RIBEIRO, 2000: 103) Rondon convida Nimuendajú para dirigir uma expedição ao Mato Grosso com o intuito de tirar fotografias, fazer filmes e registro sonoro dos Bororo, Umutima e Bakairi durante 6 meses. (GRUPIONI, 1998: 230). Essa expedição seria coordenada pelo etnólogo Harald Schultz contratado pelo SPI. (GRUPIONI, 1998: 230) Em uma segunda etapa, ele viajaria para os povos localizados nos formadores do rio Xingu e nos do Paranapáuíba, afluente desconhecido do Alto Xingu (GRUPIONI, 1998: 230).

Nimuendajú recusa o convite alegando que costumava trabalhar sozinho em campo e não com uma equipe de 5 ou 6 auxiliares como era a proposta, além disso foi acometido por glaucoma (GRUPIONI, 1998: 231). Durante a estadia de mais de 2 meses no Rio de Janeiro, ele ministrou cursos para os pesquisadores no Museu Nacional, trabalhou com Harald Schultz e contribuiu na elaboração do mapa *Carta do Mato Grosso no Estado-Maior do Exército*, com o Coronel Jaguaribe. (GRUPIONI, 1998: 232).

O Coronel Jaguaribe insistiu a Nimunedajú que permanecesse no Rio de Janeiro e trabalhasse com ele em sua seção, segundo Grupioni (1998: 232). Nimunedajú passa a receber um salário mensal do Museu Nacional e, juntamente com Heloísa Alberto Torres passa a traduzir suas monografias para publicar no Museu Nacional. (GRUPIONI, 1998: 232)

Em 1944, Nimundajú traduz a monografia sobre o povo Canela (GRUPIONI, 1998: 232-233). Ele finaliza também a terceira versão do



mapa Etno-histórico para o Museu Nacional, publicado após 37 anos. (GRUPIONI, 1998: 235)

Em 1945, aceita o convite do Ministro João Alberto para trabalhar na Fundação Brasil Central. (GRUPIONI, 1998: 235). Ele dividiria seu tempo entre o Museu Nacional e a Fundação e traduziria as monografias referentes aos povos da região onde a Fundação Brasil Central atuaria. (GRUPIONI, 1998; 235). Ainda, ele coordenaria os trabalhos etnográficos e a montagem de um museu etnográfico para a Fundação. (GRUPIONI, 1998: 235). As coleções arqueológicas e etnográficas deveriam ser divididas entre o Museu Nacional e a Fundação Brasil Central. (GRUPIONI, 1998: 235)

De volta a Belém, e, antes da partida para a viagem aos Ticuna, Nimuendajú decide enviar uma carta para a Fundação Brasil Central e para o Museu Nacional se dispensando do acordo firmado. Ele alegou que apenas soube naquele momento, antes da sua partida aos Ticuna sobre

os pormenores da entrada a mão armada que o referido funcionário (Sr Carlos Telles) fez para combater os índios Paracanã da região ...tive ocasião de verificar de visu o conteúdo de uma das caixas de munição enviadas do Rio...pela Fundação Brasil Central¹⁰.

Em dezembro de 1945, segundo documento do Serviço de Proteção ao Índio-Inspetoria do Amazonas, datado de 21 de fevereiro de 1946, o *professor* Curt Nimuendajú, através da portaria n.5 tinha sido designado para exercer as funções de *Delegado de Índios no alto rio Solimões*.¹¹ Nimuendajú estava também licenciado pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, para fazer a coleta e tradução dos mitos dos Ticuna.

¹⁰ Correspondência de Curt Nimuendajú para o Ministro João Alberto Lins de Barros-Presidente da Fundação Brasil Central. Enviada de Belém do Pará, em 11/10/1945. Pasta de Correspondências No 06. Arquivo Curt Nimuendajú do Setor de Linguística, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

¹¹ Correspondência (5) Foto 162-176. Of/n.25, de Alberto Pizarro Jacobina , Chefe do I.R.1 SPI para Dr José Maria de Paula, diotor do SPI, Rio de Janeiro. Manaus, 21 de fevereiro de 1946. Arquivo SPI, Museu do Índio

(GRUPIONI, 1998: 241). No dia seguinte, em 10 de dezembro de 1945, ele morre de forma inesperada. (GRUPIONI, 1998: 241)

Referências

ALVES, Ana Maria de Alencar. *O Ipiranga apropriado: Ciência, política e poder: o Museu Paulista 1893-1922*. São Paulo: Humanitas, 2001.

ARNAUD, Expedito. *Curt Nimuendaju: aspectos de sua vida e de sua obra*. Revista do Museu Paulista, v. XXIX (1983-1984): 55-72.

BABHA, Homi K. *The location of culture*. Great Britain: Routledge, 2004.

BARRETO, Mauro Vianna. *História da pesquisa arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi*. Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi. Antropologia, no 2, Vol 8, dezembro, 1999, Belém. pp 203-294.

DONATTI, Patrícia B. *As Políticas da Antropologia Brasileira: o caso de Curt Nimuendajú*. Curitiba: Editora Appris, 2013.

FARIA, L. de Castro. Curt Nimuendaju. In *Nimunedaju, Curt. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro, IBGE, 2002. p 13-18.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *O SPI na Amazônia: Política Indigenista e conflitos regionais (1910-1932)*. Publicação Avulsa do Museu do Índio, no. 2 (2007): 115p.

GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: Os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpoc, 1998.

HARTMANN, Thekla. “Apresentação”. In: *Nimuendajú, Curt. Cartas do Sertão: de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira*. Lisboa, Guide Artes Gráficas Lda, 2000, p.25-32.

KOGURUMA, Paulo. *Conflitos do imaginário: A reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na “metrópole do café”, 1890-1920*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. “O governo dos índios sob a gestão do SPI”. In Cunha, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 155-172.

MONOD, Jean. “¡Viva la etnologia!” In: Jaulin, Robert. *El Etnocidio a través de las Américas: textos y documentos reunidos por Robert Jaulin*. México: Siglo Veintiuno editors SA, 1976., p.321-365.

NIMUNEDAJÚ, Curt. *Os índios Tucuna*. Boletim da Comissão Pró-Índio. Antropologia, No. 07, Dezembro, 1977. Rio de Janeiro.p 01-71.



NIMUENDAJÚ, Curt. *Os índios Parintintin do rio Madeira*. Journal de la Société des Américanistes de Paris, N.S. , XVI:201-78, Paris.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Textos Indigenistas*. Introd. Carlos A. Moreira Neto, Prefácio e Coord. Paulo Suess. São Paulo: Edições Loyola, 1982

NIMUENDAJÚ, Curt. “Curt Nimuendaju: 104 mitos indígenas nunca publicados”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 21 (1984): 64-110.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Etnografia e Indigenismo: Sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os Índios do Pará*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Cartas do Sertão: de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira*. Lisboa, Guide Artes Gráficas Lda, 2000.

NIMUENDAJÚ, Curt. In *Pursuit of a past amazon: Archaeological researches in the Brazilian Guyana and in the amazon region*. Göteborg: Elanders Infologistik Väst AB, 2004.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaio de Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

PEREIRA, Nunes. *Curt Nimuendajú: Síntese de uma vida e de uma obra*. Pará: Gráficas da Veterinária, 1946.

RIBEIRO, Adelia Maria Miglievich. Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos. *Entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado, Universidade Federal do rio de Janeiro, 2000.

SCHADEN, Egon. Notas sobre la vida y la obra de Curt Nimuendaju, In: *Nimuendaju, Curt. Los mitos de creación y de destrucción del mundo de los Apopokuva-Guarani*. Série Antropologia. Lima, 1978. p.07-24.

TORRE, Sandra de la e Antonio Sérgio Azevedo Damy. “Comunicações: Cartas de Curt Nimuendajú a Carlos Estevão de Oliveira”. *Revista de Antropologia*, 1990, Vol. 33. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 165-198.

UNKEL, Curt Nimuendaju. *As Lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião Apopokuva- Guarani*. São Paulo: HUCITEC/ Universidade de São Paulo, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

WELPER, Elena Monteiro. *Curt Unkel Nimuendajú: um capítulo alemão na tradição etnográfica brasileira*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/ Universidade do Rio de Janeiro, 2002.

Arquivos

1. Arquivo Curt Nimuendajú, Världskulturmuseet, Gotemburgo.
2. Arquivo Curt Nimuendajú do Museu do Índio – Serviço de Proteção aos Índios, Rio de Janeiro.
3. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. Museu de Astronomia, Rio de Janeiro.
4. Arquivo Curt Nimuendajú, Museu Nacional, Rio de Janeiro.
5. Arquivo da administração de Hermann von Ihering, Museu Paulista, São Paulo.
6. Arquivo da Comissão Rondon, Musée du Quai Branly, Paris.
7. Arquivo Curt Nimuendajú, Musée du Quai Branly, Paris.

